

**ANO II - EDIÇÃO Nº 310 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO:** Palmas, Terça-Feira, 27 de junho de 2017

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 429/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO para atuar perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na sessão de julgamento da 1ª Câmara Civil, no dia 21 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 430/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Sistema de Plantão instituído do âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme Ato 072/2016;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 975, de 12 de dezembro de 2016, na parte que designou os Promotores de Justiça da 8ª Regional (Palmas), que permaneçam de plantão fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme escala adiante:

8ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Palmas	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
23 a 25/06/2017	13ª Promotoria de Justiça da Capital

Art. 2º Revogam-se as disposições com contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 23 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 431/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR THYAGO FERREIRA DA CRUZ como prestador de serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, na 1ª Promotoria de Justiça de Araguaína, nos seguintes dias da semana: segunda a sexta-feira, nos períodos de 20 de junho de 2017 a 20 de dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 432/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 118 e 41, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e considerando a solicitação da 12ª Procuradora de Justiça Elaine Marciano Pires;

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º CONVOCAR, "ad referendum" do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, o 6ª Promotor de Justiça de Porto Nacional DIEGO NARDO, para responder, cumulativamente, pela 12ª Procuradoria de Justiça, durante a licença médica da titular, Procuradora de Justiça Elaine Marciano Pires, no período de 29 de junho a 02 de agosto de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA**  
Promotora Assessora do PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

### PORTARIA Nº 433/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA para atuar perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na sessão de julgamento da 1ª Câmara Criminal, no dia 27 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00189

ASSUNTO: Procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 292/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02, bem como no Ato PGJ nº 021/2016 e, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 089/2017, às fls. 115/118, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 045/2017, às fls. 119/121, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada, compreendendo o fornecimento de uniformes e emprego de todos os equipamentos, ferramentas e EPI's necessários para execução dos serviços, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas e Promotorias de Justiça do Estado do Tocantins, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 21 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00192

ASSUNTO: Procedimento licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática – Tóneres e acessórios.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 305/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013, nº 021/2016 e nº 025/2016, consoante as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 098/2017, às fls. 202/205, exarado pela Assessoria Especial Jurídica e no Parecer Técnico nº 048/2017, às fls. 206/208, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática – Toneres e acessórios, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 26 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: PEDRO JAINER PASSOS CLARINDO DA SILVA

**DESPACHO Nº 306/2017** – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando o deslocamento efetuado pelo Promotor de Justiça Substituto PEDRO JAINER PASSOS CLARINDO DA SILVA, itinerário Goiatins/Itacajá/Goiatins, nos dias 23 a 24 e 30 de janeiro de 2017; 07 a 08 de fevereiro de 2017; 08 a 10 e 14 a 16 de março de 2017, para participar de audiências, atuar em processos e realizar atendimento ao público, conforme Memória de Cálculo nº 061/2017 e demais documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça Substituto, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 362,88 (trezentos e sessenta e dois e oitenta e oito centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: SIDNEY FIORI JÚNIOR

**DESPACHO Nº 307/2017** – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando as viagens a serviço efetuadas pelo Promotor de Justiça/Coordenador do CAOPIJ SIDNEY FIORI JÚNIOR, itinerário Araguaína-TO/Palmas-TO/Araguaína/TO, para participar de reuniões com órgãos externos, nos dias 14 a 15 e 20 a 21 de junho de 2017, conforme Memória de Cálculo nº 062/2017, e documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 585,99 (quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e nove

centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES JÚNIOR

**DESPACHO Nº 308/2017** – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando a viagem a serviço efetuada pelo Promotor de Justiça/Integrante do Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GECEP FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES JÚNIOR, itinerário Cristalândia-TO/Araguatins-TO/Tocantinópolis-TO/Araguaína-TO/Cristalândia-TO, para realizar inspeções, no período de 31 de maio a 02 de junho de 2017, conforme Memória de Cálculo nº 054/2017, e documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 350,01 (trezentos e cinquenta e um reais e um centavo), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00210

ASSUNTO: Procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de controle de acesso do MPE-TO.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 310/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02, bem como no Ato PGJ nº 021/2016, e considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 096/2017, às fls. 52/55, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 049/2017, às fls. 56/58, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de controle de acesso (catracas, sistemas de computador e portinholas de acesso, assim como outros itens que o compõe), com fornecimento de peças de reposição, bem como fornecimento mensal de 10 cartões de acesso (cartão compatível com as catracas existentes), para atender as necessidades do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas/TO e da Promotoria de Justiça de Araguaína/TO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 26 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA**

Tutela da Infância e Juventude  
Av. Neief Murad, Chácara 47-A, St. Noroeste, Araguaína/TO, CEP:  
77800-000, Tel. (63) 3414-8509 E-mail: sidneyjunior@mpto.mp.br

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 2017.0000817**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 192/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigo 4ª da Lei 8.069/90, art. 127, 129, II e III, art. 205, da CF/88.

ORIGEM: Representado pelo Sr. Luiz Carlos Pereira Nascimento.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa encaminhar o adolescente Luiz Carlos Pereira Nascimento Júnior para tratamento de desintoxicação, município de Araguaína/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína 23 de junho de 2017.

**21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL****EDITAL**

A Promotora de Justiça Zenaide Aparecida da Silva, no uso de suas atribuições, na 21ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência a qualquer interessado, do ARQUIVAMENTO dos autos da Notícia de Fato nº. 2016.2.29.21.0160, instaurado por meio da denúncia dos pais dos alunos do CMEI Cantinho do Saber, para averiguar eventual irregularidade quanto ao fechamento do Anexo que atende parte dos alunos da unidade escolar.

Verificou-se conforme documentação que instruiu a resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que o problema noticiado acima, originou-se no temor dos pais, de que seus filhos, alunos do Anexo CMEI Cantinho do Saber ficassem sem vagas.

Entretanto, restou comprovado que as vagas existentes seriam asseguradas, conforme se inferiu nos documentos de fls.18/31 do procedimento.

Dessa forma, não vislumbrando ilegalidade e nem tampouco prejuízos aos demais alunos, promovo o ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato.

Científica, ainda, que os interessados caso queiram, possam recorrer do indeferimento, no prazo de 10 (dez) dias, a ser dirigido a esta Promotoria, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 26 de junho de 2017.

ZENAIDE APARECIDA DA SILVA  
Promotora de Justiça

**6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI****EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE OCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 28/2016, em Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 22/2017

INVESTIGANTE: 6.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 28/2016 – 6ª PJ Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público / Serviços / Saúde

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar a falta de médico para confeccionar laudos de exame de mamografia realizados no HRG.

REPRESENTANTE: Lidoraci Quirino dos Santos

REPRESENTADOS: Hospital de Referência de Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Cidadania / Saúde Pública

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Gurupi-TO, 23 de junho de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 23/06/2018

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEIXE****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

PORTARIA Nº 06/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Peixe;

FUNDAMENTO: atribuições conferidas pelo art. 127,129, III, da Constituição Federal.

FATOS EM APURAÇÃO: Instauração de inquérito Civil Público, visando promover a célere adoção das medidas tendentes a solucionar o problema relativo à falta de previsão de Práticas Restaurativas, no Plano Municipal de Medidas Socioeducativas no Município de São Valério da Natividade.

INVESTIGADO: Município de São Valério da Natividade e CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

LOCAL DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Peixe, em 16 de junho de 2017.

Peixe-TO, 16 de junho de 2017.

Mateus Ribeiro dos Reis  
Promotor de Justiça Titular

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

PORTARIA Nº 07/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Peixe;

FUNDAMENTO: atribuições conferidas pelo art. 127,129, III, da Constituição Federal.

FATOS EM APURAÇÃO: Instauração de inquérito Civil Público, visando promover a célere adoção das medidas tendentes a solucionar o problema relativo à falta de previsão de Práticas Restaurativas, no Plano Municipal de Medidas Socioeducativas no Município de Jaú.

INVESTIGADO: Município de Jaú e CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

LOCAL DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Peixe, em 16 de junho de 2017.

Peixe-TO, 16 de junho de 2017.

Mateus Ribeiro dos Reis  
Promotor de Justiça Titular

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

PORTARIA Nº 08/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Peixe;

FUNDAMENTO: atribuições conferidas pelo art. 127,129, III, da Constituição Federal.

ORIGEM

FATOS EM APURAÇÃO: Instauração de inquérito Civil Público, visando promover a célere adoção das medidas tendentes a solucionar o problema relativo à falta de previsão de Práticas Restaurativas, no Plano Municipal de Medidas Socioeducativas no Município de São Valério da Natividade.

INVESTIGADO: Município de Peixe e CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

LOCAL DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Peixe, em 16 de junho de 2017.

Peixe-TO, 16 de junho de 2017.

Mateus Ribeiro dos Reis  
Promotor de Justiça Titular

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA ITACAJÁ**

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 75/2017

INVESTIGANTE: Ministério Público de Itacajá/TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: estudo social da assistente social da Prefeitura de Itacajá/TO

FATO EM APURAÇÃO: apurar possível situação de risco do idoso Job Martins da Silva, residente na cidade de Itacajá/TO.

INVESTIGADO: A apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá-TO, 26 de junho de 2017.

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA PONTE ALTA DO TOCANTINS**

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 28/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO

FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 16/2017.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar quais circunstâncias impedem a administração municipal de Ponte Alta do Tocantins/TO de pagar o salário dos conselheiros tutelares com base no Decreto nº 04/2016, o qual estabelece o dia 12 de cada mês como a data do pagamento.

INVESTIGADOS: Kleber Rodrigues de Sousa e administração municipal de Ponte Alta do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 26 de junho de 2017.